



MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NEGRAS POSITIVAS:
trajetórias e rupturas de um debate político

Caroline Fernanda Santos da Silva¹
Vanessa Santos do Canto²

RESUMO

Nos últimos anos, os debates acerca do racismo e das desigualdades de gênero vêm ganhando cada vez mais espaço na agenda política brasileira. Não se pode negar que este avanço é reflexo de uma longa trajetória de lutas dos movimentos sociais brasileiros, notadamente, dos movimentos feminista e de mulheres, bem como, dos movimentos negros. Assim, o presente trabalho aborda as trajetórias e rupturas que marcam o surgimento e consolidação dos movimentos de mulheres negras no Brasil. Além disso, serão destacadas algumas questões relacionadas aos limites e possibilidades da utilização da identidade como uma estratégia de ação política.

Palavras-chave: mulheres negras; identidades negras positivas; movimentos sociais

ABSTRACT

In the last years, the discussions about racism and gender inequalities are getting more space in the Brazilian political agenda. It is possible says that this evolution is reflex of a long way of struggle of Brazilian social movements, specifically, of feminist movement and women movements, also, black movement. So, this article discusses about the ways and brakes which mark the beginning and consolidation of the black women movements in Brazil. In addition, will be treats some questions about the limits and possibilities of use of identity like a strategy of political action.

Keywords: black women; positive black identities; social movements

1 INTRODUÇÃO

Frente aos atuais debates acerca da transversalidade das relações existentes entre as múltiplas expressões do racismo e das desigualdades de gênero no Brasil e no mundo, bem como, a construção de uma agenda que objetive a

¹ Mestranda. Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro. E-mail: carolfrs@yahoo.com.br

² Mestranda. Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro E-Mail: Nscanto@Yahoo.Com.Br

elaboração, implementação e execução de políticas públicas que possam combater efetivamente estes grandes desafios sociais, torna-se imprescindível realizar uma análise do processo que culminou no surgimento e consolidação dos movimentos de mulheres negras brasileiras e as contribuições de sua ação política na luta pela emancipação de todas as mulheres.

Inicialmente, será realizada uma breve síntese acerca das características do movimento feminista no Brasil e os principais aspectos do processo que levou à ruptura do movimento de mulheres negras. Além disso, serão abordadas as principais contribuições teóricas das intelectuais e militantes negras para se pensar a questão da diferença dentro do movimento feminista e, também, nos movimentos negros.

Em seguida, a abordagem enfocará principalmente a importância da identidade como estratégia de ação política, bem como, seus limites e possibilidades. Além disso, será dada especial ênfase na atuação dos movimentos de mulheres negras para a construção de identidades negras positivas.

Finalmente, será realizada uma breve análise a respeito das questões suscitadas. Ressalta-se, contudo, que o presente estudo se constitui enquanto um ensaio acerca das questões por hora abordadas, pretendendo, dessa forma, levantar bem mais questionamentos do que aspectos conclusivos à temática.

2 TRAJETÓRIAS E RUPTURAS DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS

O movimento feminista (MF) se constituiu através de uma longa trajetória de lutas e resistências das mulheres contra a condição de subalternidade que marca sua presença na sociedade ocidental. As três grandes ondas do feminismo foram importantes para a consolidação de uma pauta abrangente e profundamente marcada pelas diversas correntes teóricas que influenciaram e influenciam o movimento até os dias atuais. Dentre outras contribuições, o feminismo auxiliou o processo de politização da subjetividade e questionou a clássica distinção entre público e privado, por meio do *slogan*, “o pessoal é político”.

Entretanto, o próprio MF se deparou com as diferenças presentes no seu interior, já que o seu emblemático ressurgimento ocorrido na década de 1960, após um período de aparente esmorecimento após as duas grandes Guerras Mundiais, ocorre em um momento histórico marcado por profundas mudanças nas estruturas sociais. Estas mudanças diziam respeito à crise dos modos de produção capitalista,

às mudanças nas dinâmicas das lutas dos trabalhadores, às reivindicações dos estudantes universitários, as lutas pela descolonização, pelos direitos civis, dentre outras.

Assim, ao se abordar o processo de ruptura do movimento de mulheres negras (MMN) com o MF é fundamental que se compreenda como uma necessidade de se pensar a diferença nos discursos e práticas feministas brasileiras. Além disso, esse processo de ruptura culmina no reconhecimento das múltiplas opressões sofridas pelas mulheres negras brasileiras, bem como, da importância de sua atuação política ao longo da história³.

Convém notar que o discurso feminista brasileiro da década de 1980, ainda era marcado pelo ideal de sororidade ou irmandade enquanto categoria que remetia a uma unidade/solidariedade das mulheres pautada, em última instância, no mito da maternidade, em uma identidade biológica (Costa, 2002).

O MF brasileiro parecia preso a um discurso que sofria sérios ataques, pois desde a década de 1960, as feministas européias e norte-americanas brancas e não-brancas, já pensavam em categorias de análise que pudessem romper com os discursos biologizantes e universalistas para incluir a questão da diferença existente entre as mulheres em suas discussões e trabalhos acadêmicos⁴.

Diante deste contexto, a sororidade passa a sofrer inúmeras críticas no debate internacional porque não era capaz de apreender as desigualdades de raça/etnia, classe, orientação sexual e geração existentes entre as mulheres. Além disso, contribuía para que permanecessem invisíveis as mulheres que historicamente sofreram outras opressões além do sexismo, tornando-as mais subalternas do que outras.

Uma das explicações para a ausência de uma abordagem do problema racial talvez possa ser encontrado na própria história do desenvolvimento deste movimento no Brasil. Isto porque, as primeiras mulheres a se envolverem em movimentos de emancipação que, inicialmente foi denominado movimento de mulheres, pertenciam ao grupo que constituía a elite política e econômica do país.

³ Silva (2000) destaca que, inicialmente, as mulheres negras tiveram maior aproximação com o movimento negro. “Entretanto ‘pegas’ que têm com seus companheiros militantes e não-militantes levaram-nas a se interessar pelas questões de gênero, ou melhor, por militar dentro do movimento feminista” (p. 04).

⁴ Neste caso, Carneiro (2003) esclarece que: “[...] em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade (p. 118).

Neste sentido, pode-se dizer que na década de 30 do século XIX, embora Nísia Floresta fosse contra a escravidão, sua preocupação não se voltava para a discussão acerca da igualdade de direitos entre as mulheres. Isto significa que a questão das desigualdades intragênero não era algo levado em consideração. Nota-se que as primeiras manifestações de mulheres a obter mais visibilidade desde Nísia Floresta até Bertha Lutz no princípio do século XX, voltavam-se para um exercício mais aprimorado da maternidade e maior harmonia entre homens e mulheres no convívio doméstico (Costa, 2002; Pinto, 2003).

Ao tratar especificamente do MF durante a ditadura que se instaurou com o golpe militar de 1964, Sarti (2004) afirma que “embora influenciado pelas experiências européia e norte-americana, o início do feminismo brasileiro dos anos 1970 foi significativamente marcado pela contestação à ordem política instituída no país [...]” (p. 36). Dessa forma, questões relacionadas à identidade de gênero, como uma pauta especificamente feminista, somente obtiveram maior importância a partir do início do processo de redemocratização do país no final da década de 1970 (Sarti, 2004). A autora ainda destaca que:

A expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional que estava em curso em um país que se modernizava gerou, ainda que de forma excludente, novas oportunidades para as mulheres. Esse processo de modernização, acompanhado pela efervescência cultural de 1968, com novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso a métodos anticoncepcionais e com o recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, influenciou decisivamente o mundo privado. Novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal (SARTI, 2004, p. 39).

É na efervescência deste contexto histórico que a construção teórica de militantes e intelectuais negras brasileiras na década de 1970, e mais fortemente na década de 1980, configura-se como um novo desafio para o MF que até este momento tinha na oposição ao regime militar então vigente, o principal foco das lutas dos movimentos de mulheres dos mais variados matizes políticos e teóricos.

Caldwell (2001) observa que no Brasil, o Manifesto das Mulheres Negras apresentado no Congresso Brasileiro de Mulheres realizado em 1975, declarado o Ano Internacional da Mulher pela ONU, foi muito importante para denunciar as múltiplas opressões vividas pelas mulheres negras. Este documento apresenta as especificidades que marcam as experiências cotidianas destas mulheres no que se

refere às representações sobre sua identidade social, bem como desmascara o impacto da dominação racial e de gênero que gerou uma longa prática de exploração sexual (Caldwell, 2001)⁵.

Além disso, Bairos (1991) e Gonzalez (1979) ao avaliarem a situação da mulher negra no Brasil destacam que, se por um lado, houve crescimento econômico durante o “milagre” e o incremento da participação das mulheres no emprego fortemente centrado na indústria, bem como no acesso à educação, por outro lado, as mulheres negras mantiveram praticamente inalterada a sua situação na sociedade, ou seja, permaneceram ligadas às atividades domésticas e com poucos anos de frequência de educação formal.

É diante deste contexto de embates e divergências que ganha mais força o surgimento de organizações autônomas de mulheres negras brasileiras⁶. Consideravam que o movimento feminista tradicional estava impregnado pelo mito da democracia racial⁷.

Nesta perspectiva, muito importante é a contribuição de Lélia Gonzalez que, ao refletir sobre Encontro Nacional de Mulheres Brasileiras realizado no Rio de Janeiro no ano de 1979, destaca que mesmo os setores mais progressistas do MF não conseguiam absorver a discussão acerca do impacto que o racismo causava sobre a vida das mulheres negras (Caldwell, 2001).

Assim, Gonzalez (1983) rebate as críticas no sentido de que as demandas apresentadas pelas militantes negras são emocionais (um discurso que reforça a predominância do natural sobre o político), afirmando que “[o] lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (p.224) (grifos no original).

Além disso, ao pontuar as opressões de raça e de sexo (poder-se-ia dizer de gênero) que transpõem a dimensão de classe, Lélia afirma que a mulher negra é duplamente discriminada na sociedade. Dessa maneira, amplia de maneira

⁵ Quanto à questão da exploração sexual não se pretende realizar uma análise profunda sobre este tema, mas se remete a leitura de Giacomini (1994) e Corrêa (2006) que tratam de uma das facetas das representações ligadas à exploração sexual de mulheres negras ocultas na imagem socialmente construída em torno da mulata.

⁶ Silva (2000) destaca que no IX Encontro Nacional Feminista realizado em 1987, “[as] mulheres negras se fecham na posição de que o Movimento Feminista é orientado por uma definição elitista, exclusivista, opressora e autoritária de mulher. Ao tentar universalizar essa definição para todas as mulheres brasileiras, deixa de levar em consideração as especificidades que compõem cada grupo. Daí a impossibilidade de trabalhar conjuntamente as questões de gênero. O diálogo se torna inviável e as mulheres negras deixam o local já articuladas para realizar o I Encontro Nacional de Mulheres Negras. É o divisor de águas” (p. 05-06).

⁷ Esta expressão se tornou célebre no livro de Freyre (1973) e consiste, grosso modo, na idéia de que a miscigenação resultante das relações estabelecidas entre brancos, negros e índios, teia formado uma sociedade harmônica e livre de conflitos étnico-raciais.

irrevogável o espectro dos debates acerca da situação de subalternidade que marca a presença das mulheres na sociedade brasileira⁸.

Esse debate assume novos contornos com a promulgação da Constituição Federal de 1988, pois este momento demarca a conquista de direitos que foram adquiridos através de longas lutas e negociações (Silva & Canto, 2008). Nesse contexto, a incorporação de novas garantias ao exercício dos direitos constitucionais é importante para que seja estabelecida uma nova dinâmica entre a sociedade e o Estado.

2.1 Mulheres negras brasileiras e a construção de identidades negras positivas

Ao tratar da importância do MMN para a construção de identidades negras positivas, é importante destacar que durante as três últimas décadas muito se tem discutido acerca das transformações pelas quais vêm passando a sociedade contemporânea. Uma das principais questões levantadas se refere ao impacto da crise dos principais alicerces da modernidade sobre os sujeitos⁹.

Hall (2006) discute sobre o significado da modernidade e também de sua crise, bem como acerca dos principais acontecimentos que impulsionaram este processo, e esboça cinco grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas ocorridos no pensamento, durante a modernidade tardia, que teria como resultado o descentramento do sujeito racional e unitário proposto por Descartes.

Um dos descentramentos citados se refere às inovações políticas implementadas pelas práticas feministas. O sujeito e sua identidade passaram a ser questionados por inúmeras pensadoras feministas. Butler (2003), ao analisar a teoria de Foucault acerca da produção do sujeito, afirma que “(o) sujeito é uma questão crucial para a política, e particularmente para a política feminista, pois os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que não aparecem, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política” (p. 19).

Dessa forma, a temática da identidade tem merecido diversas abordagens, ganhando novos contornos com a globalização e assumindo

⁸ Neste sentido, Barreto (2005) comenta as inovadoras contribuições desta intelectual: “Uma das características inovadoras da produção de Lélia no contexto das análises das relações raciais no Brasil foi o acréscimo da dimensão de gênero para um entendimento mais amplo da sua dinâmica, acrescentando-se ainda a sua orientação pelos conceitos da Psicanálise. Outro ponto que destacamos em suas contribuições foi o diferencial qualitativo que também trouxe à militância do movimento negro brasileiro e do movimento de mulheres, no que diz respeito à discussão de mulheres negras brasileiras (p. 37).

⁹ Hall (2006) afirma que: “A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (p. 07).

considerável importância em um contexto em que os descentramentos dos sujeitos (Hall, 2006) exigem novas estratégias de ação política. Além disso, Larkin Nascimento (2003) sinaliza que, mesmo sob novas perspectivas, o desafio dos povos colonizados frente à hegemonia ocidental e do feminismo frente aos padrões do patriarcalismo tem sido a construção de novas identidades pautadas em aspectos positivos (SILVA ; CANTO, 2008).

Neste sentido, os movimentos negros contemporâneos enfatizam a importância da construção de uma identidade negra positiva enquanto caminho para a conquista da plena cidadania (Munanga, 2004). No que tange à construção de sua identidade, vislumbram-se diversos processos construídos historicamente que contribuíram para a atribuição de um caráter negativo às representações sociais da população negra, pautando-se principalmente na ideologia do branqueamento¹⁰ (SILVA; CANTO, 2008).

Esse processo também foi vivenciado pelas mulheres negras brasileiras, que embora tenham se constituído enquanto agentes históricos de resistência¹¹, somente tiveram sua representatividade política reconhecida a partir da visibilidade conferida por sua militância na década de 1980. Nesse momento, a partir da redemocratização do Brasil e de sua inserção em diversos movimentos sociais, surgem as primeiras organizações femininas negras autônomas no Brasil¹² (Silva & Canto, 2008).

Entretanto, Silva (2000) aponta as dificuldades que o próprio MMN tem em lidar com as diferenças. A autora destaca que ao refletirem sobre o II Encontro Nacional de Mulheres Negras realizado em 1991, “surpreendentemente, citam como aspecto negativo a heterogeneidade das participantes, o que levou a uma indefinição de conceitos acerca de vários aspectos referentes à organização de mulheres negras no nível nacional” (Silva, 2000, p. 07).

Assim, percebe-se que o Movimento de Mulheres Negras deve repensar sua atuação diante da realidade de que as mulheres negras não são iguais. Neste sentido, Azerêdo (2007, p. 91) afirma que “[...] é com esse antagonismo que

¹⁰ Esta ideologia foi forjada pelas elites intelectuais brancas em meados do século XIX e início do século XX (Carone & Bento, 2002; Munanga, 2004), sendo inculcada através de mecanismos psicológicos e permanecendo intacta no inconsciente coletivo brasileiro, embora o branqueamento físico da sociedade tenha fracassado, visto que não se eliminou a presença negra no país (Munanga, 2004). Neste sentido, vide, ainda, Hofbauer (2003).

¹¹ “A resistência da mulher escravizada é tão antiga quanto à de seus companheiros, podendo ser recuperada desde África [...]. Chegando ao ‘novo mundo’ [...] a resistência da mulher negra continuou, seja quando tentava amenizar a vida enquanto escrava [...]; quando procurava saídas para sua condição [...]; ou então quando negava-se a qualquer negociação, matando ou morrendo” (Mott, 1988, p. 29).

¹² Neste contexto, podem ser citadas as seguintes organizações de mulheres negras: Aqualtune, Nzinga e posteriormente, Criola e Geledés, dentre outras.

construímos a democracia radical que Mouffe propõe, ou seja, não com identidades estáveis, mas com a diferença, através do assentamento e visualização das fronteiras”

Contudo, a homogeneidade sempre foi vista como fator crucial para a efetividade das lutas de qualquer organização social. Este discurso contaminou todos os segmentos da sociedade, mesmo os movimentos considerados de esquerda e/ ou os mais progressistas, em que a homogeneidade era representada pela idéia de classe. Isto explica, em parte, a dificuldade do MMN em elaborar estratégias de ação política que possam romper com a idéia de que somente a partir da unidade é que se consegue alcançar algum objetivo político que objetive uma mudança radical na sociedade brasileira.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi visto, no Brasil, o MF e o MMN aproximam-se no que se refere às lutas pela emancipação das mulheres, mas se afastam no que se refere às prioridades das agendas destes movimentos sociais. Neste sentido, o racismo é um componente importante para a manutenção das desigualdades entre as relações intragênero.

Além disso, não se pode ignorar que embora o mito da democracia racial esteja sendo cada vez mais questionado, ainda produz fortes impactos no que se refere a uma política de alianças entre os movimentos, apesar de existir certo diálogo entre eles.

Outra questão a ser destacada é a dificuldade do MMN em lidar com as diferenças, como elemento de fundamental importância para a concretização de uma prática democrática radical. Não se pode ignorar que uma visão essencializada das mulheres negras ainda permeia inúmeras organizações. Esta postura afasta muitas potenciais companheiras da luta pela emancipação e empoderamento das mulheres negras.

Assim, a reflexão sobre o contexto social de constituição e desenvolvimento de uma agenda política que discuta questões relacionadas aos problemas gerados pelo racismo e pelas desigualdades de gênero no Brasil, deve ser realizada levando em consideração as questões suscitadas pelas mulheres negras. Sua luta para construção de identidades negras positivas evidencia a importância da vinculação entre raça, gênero e identidade como fenômenos

historicamente determinados e que permeiam fortemente o imaginário social e dificultam uma ação política integrada (e não unitária), radicalmente democrática.

REFERÊNCIAS

AZERÊDO, Sandra. **Preconceito contra “mulher”**: diferenças, poemas e corpos. São Paulo: Cortez, 2007.

BARROS, Luiza. Mulher negra: o reforço da subordinação. In: LOVELL, Peggy A. (org.) **Desigualdade racial no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991.

BARRETO, Raquel Andrade. **Enegrecendo a feminismo ou feminizando a raça**: narrativas de libertação em Ângela Davis e Lélia Gonzalez. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CALDWELL, Kia Lilly. Racialized Boundaries: Women's Studies and the Question of "Difference" in Brazil. In: **The Journal of Negro Education**, Vol. 70, No. 3, Black Women in the Academy: Challenges and Opportunities (Summer, 2001), pp. 219-230. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3211212>. Acessado em: 17/09/2008.

CARONE, Iracy; BENTO, Maria Aparecida Silva. (orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. In: **Estudos avançados**, n. 17 (49), 2003, pp. 117-132.

CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. In: **Olhares Feministas**. MELO, Hildete Pereira; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner, PUGA, Vera Lucia (orgs.). Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006

COSTA, Sueli Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. In: **Estudos feministas**, n.º 2, 2002, pp. 301-323.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 16. ed, Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1973.

GIACOMINI, Sônia. Beleza negra e beleza mulata. In: **Estudos feministas**. CIEC/ECO/UFRJ, Número especial, out. 1994, pp. 217-227.

GONZALEZ, Lélia. **Cultura, etnicidade e trabalho**: efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher. In: 8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association Pittsburgh, 5 a 7 de abril de 1979.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. Et alli. **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília, ANPOCS, 1983.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOFBAUER, Andreas. O conceito de “raça” e o ideário do “branqueamento” no século XIX: bases ideológicas do racismo brasileiro. **Teoria e Pesquisa**, nº 42 e 43, janeiro/julho, 2003, pp. 63-110.

LARKIN NASCIMENTO, Elisa. **O Sortilégio da Cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.

MOTT, Maria Luísa Barros. **Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão**. São Paulo: Contexto, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo identidade e etnia. In: **Cadernos PENESB**. Niterói: EdUFF, 2004a. p. 17-34.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12 n. 2, maio-agosto/2004, p. 35-50.

SILVA, Caroline Fernanda Santos da; CANTO, Vanessa Santos do. Mulheres negras brasileiras construindo identidades negras positivas: um caminho para consolidação da cidadania? In: **Revista África e Africanidades**, v. 3, p. 1-12, 2008. Disponível em: www.africaeaficanidades.com

SILVA, Eliana Borges. **Tecendo o fio, aparando as arestas: o movimento de mulheres negras e a construção do pensamento feminista**. In: I Simpósio Internacional O Desafio da diferença: articulando gênero, raça e classe, 2000, Salvador. Disponível em: www.lpp-uerj.net/olped/documentos/ppcor/0335.pdf. Acesso em: 17/02/2009.

TELLES, Vera. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001.